



FINANCEIRIZAÇÃO ECONÔMICA E PRECARIZAÇÃO HUMANA: Um estudo sobre a genealogia e a essência do padrão contemporâneo de acumulação capitalista.

RESUMO

O presente artigo pretende apresentar um perfil, mesmo que não conclusivo, do processo de revalorização autônoma do capital que permeou o mundo nas últimas três décadas do século XX, processo que ficou categorizado como financeirização econômica. Enquanto movimento tal processo pretendia a consolidação de um novo padrão de acumulação, em detrimento do padrão anterior fordista e da sociedade salarial, constituídos no pós-segunda guerra. Partimos da constatação de que o desenvolvimento do sistema capitalista se manteve sempre ligado a significativas modificações na organização e na regulação das relações produtivas, de modo geral, tendo como referência básica as mudanças no mercado e nas relações de trabalho. A partir dessa constatação e de uma contextualização histórica é possível apreender que a partir da década de 1970 as complicações encontradas pelo progresso capitalista foram enfrentadas com desvalorização progressiva do trabalho, desestruturando as dimensões que haviam caracterizado o regime de regulação do pós-guerra. Na tentativa de demonstrar esse movimento geral do capital dali até a atualidade e sua busca constante pela valorização a qualquer custo, iniciaremos a presente apresentação por uma espécie de “genealogia” da financeirização, buscando sua gênese na teoria do capital fictício de Karl Marx, seguiremos para uma contextualização da financeirização contemporânea e depois para as relações entre financeirização econômica, desigualdade social e trabalho. De modo que, a partir dos estudos realizados, mostraremos que é possível atinar que o processo exacerbado de financeirização da economia capitalista no mundo contemporâneo se deu assegurado num contínuo processo de fragilização do trabalho, evidenciado pelo crescente desemprego e pela progressiva precarização das condições de emprego e de remuneração. Isso se deve ao fato de que o capital financeiro não pode valorizar-se per se, sem uma base material sob a qual possa realizar-se enquanto valor, então, nesta fase, para melhor remunerar-se, o capitalismo necessita criar mecanismos para expropriar uma quantidade crescente de mais-valor da base material da economia, a partir da qual o capital financeiro possa operar. Em resultado desse processo tem-se a fragilização da institucionalidade da sociedade salarial, erguida entre o pós-segunda guerra e os anos 1960, e de seus pilares de política social. Sobre isso, é inegável que a corrosão do



mundo do trabalho (enquanto mercado, relações e políticas sociais) fortaleceu um movimento de retrocesso na distribuição social do excedente produtivo, traduzido no aumento generalizado da desigualdade econômica e social nas nações desenvolvidas e em desenvolvimento.

Palavras-chave: Financeirização, capitalismo, capital fictício, trabalho.

O capital fictício: uma teoria sobre a genealogia da financeirização.

Grandes expoentes da sociologia e da economia (Como Marx, Engels, Rousseau, Keynes, Weber) já destacaram reconhecidamente que o potencial de crescimento capitalista se revela num aumento da desigualdade social. Isso, pela necessidade privatista desse sistema e pelo modo que se organiza o processo produtivo como um todo.

Na tentativa de demonstrar esse movimento geral do capital na atualidade e sua busca constante pela valorização a qualquer custo, partiremos da hipótese que no capitalismo contemporâneo, a financeirização se tornou *o padrão sistêmico de riqueza*¹, originado nos anos 1960-1970, a partir dos Estados Unidos, e que se difundiu mundialmente nas últimas décadas, provocando grandes instabilidades em todo o mundo.

Para José Carlos de Souza Braga, em seu artigo *Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo*, sua manifestação mais aparente está na crescente e repetida defasagem entre os valores dos papéis representativos da riqueza – moedas conversíveis internacionalmente e ativos financeiros em geral – e os valores dos bens, serviços e bases técnico produtivas em que se fundam a reprodução da vida em sociedade. (Braga, 1997, p.196)

¹ Essa hipótese é um desenvolvimento analítico e empírico de José Carlos de Souza Braga, apresentada originalmente em Braga (1985: 374-375): “A valorização e a concorrência operam sob a dominância da lógica financeira (...) não se trata mais de que os capitais se utilizem da intermediação financeira para um processo de produção que é o meio de valorização (...) buscam valorizar-se simultaneamente através do processo de renda (vinculado diretamente à produção) e do processo de capitalização (...) formam (...) a partir de suas “microestratégias” de valorização do capital próprio, uma macroestrutura financeira. E Braga (Braga, 1997, p.195) “A dominância financeira – a financeirização – expressão geral das formas contemporâneas de definir, gerir e realizar riqueza no capitalismo.” (Braga, 1997, p.195)



Esse movimento revela um padrão *sistêmico*, pois a financeirização está constituída por elementos essenciais da própria organização capitalista, envolvidos de modo a ordenar uma dinâmica estrutural de acordo com os princípios da lógica financeira geral. Nesta perspectiva, ela não é decorrente apenas da “práxis de seguimentos ou setores” (capital bancário, rentistas tradicionais), mas, de modo oposto, “tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, condicionando a operação das finanças e dispêndios públicos, modificando a dinâmica macroeconômica”. Desse modo, está entranhada ao sistema tal como ele está atualmente configurado. (Braga, 1997, p.196)

Esta suposta ligação intrínseca do capital financeiro ao capital como um todo na atualidade, faz parecer, equivocadamente que são ambos a mesma coisa. Como se, o avanço do capital financeiro rumo a especulação fossem um caminho natural para sua revalorização. Alguns fazem crer que se trata de uma dimensão autônoma do capital, capaz de propiciar uma enorme valorização, independente de suas ligações com a produção. Mas, de certo, adverte Carcanholo:

Trata-se, é certo, de uma manifestação da aparência e de certa maneira é ilusória. Na verdade, é e não é, ao mesmo tempo, ilusória. E essa é a graça do capital especulativo. Ele parece capaz de gerar seu próprio rendimento, mas não passa de um parasita. Há, aí, uma curiosa dialética: o que não é, aparece sendo. O que é, tem a capacidade de aparecer a todos nós como se não fosse. Para entender essa dialética, só apelando para os conceitos de capital fictício e de lucros fictícios, que por certo são e não são fictícios ao mesmo tempo. E isso não é nem brincadeira, nem jogo de palavras: é a dialética do real. (CARCANHOLO, 2010, p.7-8)

Compreendendo a assertiva de Carcanholo de que o capital fictício não contribui para a produção do excedente produtivo, ao contrario, ele cobra remuneração, torna-se útil aqui, para nosso intuito de explicar a ascensão da financeirização enquanto padrão sistêmico no mundo contemporâneo e seus desdobramentos para o mundo do trabalho, voltar as explicações sobre sua originalidade, aqui encontrada na teoria do capital fictício de Marx.



Marx entendia o capitalismo como um modo de produção datado historicamente. Dessa forma, um modo específico de produção com forças produtivas e relações sociais de produção próprias. Dedicou-se a procurar entender como esse modo de produção se define, suas características elementares, leis de movimento, condições de funcionamento e seus limites de desenvolvimento.

Para desvendar tais traços característicos desse modo de produção específico (ou de outros) compreendeu que era preciso observar como os homens organizam (em cada época) a *produção social de sua existência*.

No capitalismo isso se dá por meio de um processo generalizado de compra e venda de mercadorias. Nesse modo específico (capitalista) tem primeira importância a relação social desvendada por Marx como *valor*, essa relação se traduz na como objetivização do trabalho abstrato e, a partir do valor tem-se o *mais-valor*, efeito da exploração do trabalho de uma classe pela outra². (MOLLO, 2011, p.477)

Cabe destacar que, em sua obra, Marx chama atenção para o fato de que o processo de determinação dos valores é um processo social que independe dos sujeitos individuais e que se impõe sobre eles de forma dominante no capitalismo, por isso mesmo é um processo de alta complexidade³. Desse modo, para Marx, o valor não está estampado, definido *a priori*, pelo contrário, “o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social” (Marx 1996, p. 200), por ser uma “criação social”. Nesse sentido, produção e circulação são circuitos integrantes de um mesmo processo social, por isso igualmente importante para a determinação do valor.

Marx observa que nesse processo, “em que a regra só se pode impor através de média que se realiza, irresistivelmente, através da irregularidade aparente” (Marx 1971, p. 115), surge a “a possibilidade de divergência quantitativa entre preço e magnitude do valor, ou do afastamento do preço da magnitude de valor” que pode “esconder uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de ser expressão do valor”. É dessa possível autonomia

² Esses são dois momentos importantes de caracterização do capitalismo na concepção de Marx, igualmente importantes e ligados, como veremos, um ao outro.

³ As condições sociais que determinam o valor estão na produção (nível de desenvolvimento da técnica, divisão social do trabalho, etc) e na circulação, pois “as condições médias só podem aparecer, de fato, na circulação, quando as mercadorias se apresentam e se contrapõem umas às outras”. (Marx apud MOLLO, 2011, p.480; MARX)



entre preço e valor, que surge a possibilidade de que “coisas sem valor tenham preço”, assim, a possibilidade de existência do capital fictício.

O lucro é um objetivo declarado do capitalismo, o regime vive sob pressão (da concorrência - que define a forma de andamento do crescimento no capitalismo, pelo aumento da produtividade) Marx lança olhar sobre isso quando observa que a concorrência obriga aos capitalistas as “leis imanentes do modo capitalista de produção como leis coercitivas externas” exigindo destes a “expandir continuamente seu capital, para conservá-lo e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva” (Marx 1971, p. 688).

Mollo observa que no contexto capitalista o crédito tende a se desenvolver muito, já que ele potencializa a acumulação de capital, ampliando o ritmo e a escala da produção, ao antecipar a compra da força de trabalho e dos meios de produção sem esperar a realização da mais-valia, sua transformação em lucro ao final de cada ciclo, para fazer tal ampliação. (2011, p.481-82).

É essa necessidade do capital de obtenção de lucro máximo, e de se acumular para tanto, que conduz a que, de um lado, todo dinheiro vadio seja aproveitado no capitalismo, fluindo para os caixas dos bancos, e de outro, que os bancos o reconduzam ao processo de acumulação via empréstimos. Desenvolve-se, nesse processo, a especialização de alguns capitalistas no comércio de dinheiro, dando origem ao que Marx chamou capitalistas financeiros e capital financeiro. (MOLLO, 2011, p.482).

Não entraremos aqui nos pormenores da discussão acima levantada por Mollo, dessa forma será considerado para nosso trabalho que o capital emprestado pelos bancos é o capital de empréstimo portador de juros, como apresentou Marx em seu livro 3, e obtém sua remuneração da mais-valia produzida na produção⁴ onde o empréstimo é empregado. Ao capitalista que empresta cabe o juro, ao que toma emprestado cabe o lucro de empresário,

⁴ Somente na produção é possível se obter a mais-valia, isto porque o valor de uso da força de trabalho humana é gerar valor de troca. Ressalta-se que, a capacidade humana de trabalho produz excedente sobre a produção necessária à sua reprodução em muitos modos de produção, como observou Marx, mas só no capitalismo ela vira mercadoria. Pois, nesse sistema há a necessidade geral de comprar para viver, e de vender para comprar e onde não é possível produzir para vender sem meios de produção cujo acesso é negado pela propriedade privada dos mesmos, assim, só nessa sociedade surge esse tipo especial de mercadoria.



os dois recebendo partes da mesma mais-valia gerada no processo produtivo que o crédito potencializou. (MARX, 1974)

Por outro lado, além de potencializar a acumulação de capital o crédito leva também ao aparecimento e ao desenvolvimento do que Marx chamou capital fictício. Que ocorre quando o uso do capital-dinheiro de empréstimo produtor de juros acha-se generalizado, todo dinheiro recebido de forma regular é associado a um capital via processo de capitalização. Isso acontece mesmo que o capital não tenha sido empregado na compra de força de trabalho, única maneira pela qual poderia gerar um mais valor de onde tirar tais rendimentos. Daí o caráter fictício dele, ou a impossibilidade de ser associado a capital efetivamente na concepção de Marx.

Partindo dessa análise Marx vai distinguir o capital de empréstimo portador de juros do capital fictício. Sendo que o primeiro tem como valor de uso “o de funcionar como capital” (Marx 1974, p. 392) e, “na qualidade de capital potencial, de meio de produzir lucro, torna-se mercadoria, mas mercadoria de gênero peculiar” e “está prenhe de mais-valia” (Marx 1974, p. 396), porque o “empréstimo do dinheiro como capital – a cessão condicionada à restituição após determinado prazo – supõe que o dinheiro seja realmente aplicado como capital volte efetivamente ao ponto de partida” (p. 404), e “o capital produtor de juros só se sustém como tal na medida em que o dinheiro emprestado se converte efetivamente em capital, produzindo um excedente de que o juro é fração” (p. 439). Já o capital fictício é diferente, pois ele “primeiro se converte a renda monetária em juro, e com o juro se acha então o capital de onde provém” (Marx 1974, p. 534). Isto é, a avaliação do capital perde relação com o processo de produção real, de geração de mais-valia⁵.

Aqui adotaremos a perspectiva de que, o capital financeiro, visto como o capital que se especializa no comércio de dinheiro, envolve tanto o capital de crédito produtor de juros quanto o capital fictício, que não retorna à produção real para se valorizar. Compreendendo que a perda de relação decorre do fato de os valores das ações dependerem de expectativas

⁵ Marx dá como exemplos os títulos da dívida pública, “porque a soma emprestada ao Estado não apenas não existe mais”, mas “não se destinava a ser despendida, empregada como capital, e só investida como tal teria podia transformar-se em valor que se mantém” (Marx 1974, p. 535).



de dividendos capitalizados e de lucros provenientes da mera venda a preços maiores das ações, sem relação direta com a produção real, ou seja, puramente especulativos⁶.

De forma resumida, Marx, ainda ao analisar a forma valor, evidencia que só na média é possível conceber tal noção, pois ela é determinada socialmente. Ao analisar a forma preço, ele destaca as possibilidades de divergências entre preços e valores antes ainda de tratar da transformação de valores em preços de produção. Ao analisar a circulação simples de mercadorias, chama atenção para a possibilidade de crise aberta pelo uso de dinheiro separando compras e vendas. Essa possibilidade, segundo Marx, é ampliada com o crédito, porque se amplia justamente essa autonomia da circulação relativamente à produção, uma vez que é possível comprar sem ter vendido e realizado o lucro, vender penhorando rendas futuras ainda não garantidas. Com o capital fictício essa autonomia se amplia ainda mais, o que o coloca sempre na base da crise financeira, conforme foi empiricamente evidenciado no mundo a partir 2008, mais que isso, por sua incapacidade de gerar riqueza não haverá capital fictício sem exploração do trabalho humano, pois só este é capaz de gerar mais-valor (MARX, 1974; MOLLO, 2011; BRAGA, 1997).

Histórico e contextualização da financeirização contemporânea

A conhecida financeirização, que determinou o crescimento mundial das economias capitalistas nas últimas cinco décadas, denota o domínio das operações financeiras sobre as produtivas, evidenciando que ocorre uma perda relativa de relação entre a produção real e a circulação de valores, o que, conforme visto, determina o capital fictício.

Diversos acontecimentos e processos típicos do desenvolvimento da chamada *mundialização do capital* contribuíram para predomínio das finanças, conforme veremos⁷.

Os elementos próprios desse padrão de riqueza são oriundos das transformações dos sistemas monetário e financeiro relacionadas às alterações na natureza do dinheiro, do

⁶ Como observou Marx, são duplicações ou multiplicações do mesmo capital, e não voltam à produção, estimulando-a, perdendo, por isso, o lastro em valor-trabalho.

⁷ Cabe deixar claro que as noções de *globalização financeira* de *mundialização do capital* estão consideradas, analiticamente, em nossa formulação, todavia são consideradas por nós como sinônimas da financeirização, na medida em que, com este conceito, o que buscamos é apreender o *modo de ser* da riqueza contemporânea, sua gestão de aspectos de sua dinâmica sistêmica, no âmbito destes movimentos internacionais do capitalismo. (Mollo, 2011; Braga, 1997)



crédito e do patrimônio; da gestão dos bancos centrais sobre a liquidez e taxas de juros; da emergência das corporações produtivas com finanças que são um objetivo em si mesmo; da circulação internacional ampliada dos capitais sob o regime de taxas de cambio flexíveis; da interação desses movimentos com as restrições impostas às finanças públicas; da desregulamentação financeira; da condução das políticas de globalização pela hegemonia dos Estados Unidos (Tavares & Melin, 1997).

Enquanto plano nacional, o padrão de riqueza típico é o institucionalizado nos Estados Unidos, por meio da concorrência acirrada, nos mercados creditício e de capitais, inter-relacionados pela securitização⁸, praticada por bancos, corretoras, nas parcerias com investidores institucionais e corporações industriais, administrando um amplo espectro de títulos e moedas conversíveis, numa perspectiva de *gestão de ativos*. Assim, o espaço nacional é lócus privilegiado, onde se verifica, com a participação de capitais mundializados, o novo tipo de interação entre moeda, crédito e patrimônio. Nos Estados Unidos se cristaliza um sistema monetário e de financiamento, calcado mais nos ativos financeiros do que na moeda e nas reservas bancárias, proeminente na valorização financeira e patrimonial, e desde o qual se põem, pelo Baco central americano, as condições para que o dólar seja o dinheiro da financeirização global. (TAVARES & MELIN, 1997; BRAGA, 1997)

Como observa Braga,

Esse é o paradigma que o país hegemônico vem condicionando ao mundo e que, aliado as pressões internas a outras economias, tem-se imposto, em maior ou menor medida, no processo de liberalização financeira e desregulamentação mundial. [...] Quase desnecessário frisar que, ao mesmo tempo, o “modelo” já se impõe nas periferias asiáticas e latino-americanas, caracterizando-se nestas pela estabilização monetária, a qualquer custo, em que se salientam a

⁸ “A securitização é, em sentido amplo, o processo pelo qual as empresas produtivas, bancos, demais empresas financeiras, e governos emitem títulos de dívida, com inúmeras finalidades, envolvendo e interligando, desta forma, os chamados mercados creditício, de capitais, de derivativos (*swuaps*, opções e futuro). Ela é uma modalidade financeira que torna os títulos negociáveis, flexibiliza prazos e taxas de rendimento, adaptável a múltiplos agentes, funcional á administração de riscos, substituta dos empréstimos bancários e, ao mesmo tempo, propicia aos bancos na captação de fundos. Como tal, é peça-chave do padrão de riqueza em questão, disseminando-se nas operações nacionais e transnacionais, nos regimes monetário-financeiro e cambial.” (Braga, 1997, p.198)



desindustrialização, a desnacionalização e a expansão de círculos de valorização patrimonial e financeira. (Braga, 1997, p.198-199)

Já no plano internacional, esse padrão de riqueza se exerce, concretamente, no mercado de capitais em geral, mundialmente integrado, composto por ações, e títulos financeiros de todo tipo, públicos e privados, representantes da grande massa de riqueza mobiliária, desproporcional frente a riqueza real, produtiva. Estes títulos impulsionam uma circulação cambial de marcadamente financeira e “plurimonetária”, onde o dólar ocupa a posição dominante, já que esta é moeda em que aqueles títulos são majoritariamente denominados.

Para melhor compreensão desse processo, caminhemos a uma contextualização. Ainda na década de 1960 os Estado Unidos se apresenta para o mundo emitindo dinheiro para financiar a *Idade do Ouro*, assim como sua própria posição hegemônica no mundo⁹. Apesar do contexto monetário internacional de expansão de liquidez, havia latente uma ruptura, pois aquela liquidez era possível graças aos déficits do balanço de pagamentos cujo saldo comercial positivo era superado pelas saídas na conta de capital¹⁰.

Internamente o sistema financeiro estadunidense¹¹, começava a ser alterado por uma práxis privada e pública de caráter liberalizante e estimulador da especulação (cf. Braga, 1997). Ao mesmo tempo em que o déficit público e a inflação colocavam em dificuldades a gerencia das políticas fiscal e monetária, que deveriam tentar manter sob controle o déficit, os gastos governamentais em programas sociais, infraestrutura e programas militares deveriam ser preservados.

⁹ Segundo Braga, Esses gastos incluíam desde infraestrutura e programas sociais, a internacionalização das corporações e dos bancos, até os programas militares e a guerra colonial no Vietnã. (Braga, 1997, p.200-201)

¹⁰ Mecanismo que terminaria por minar a “confiança” no dólar como reserva de valor conversível em ouro.

¹¹ Que tinha até então a estabilidade baseada no aparato regulatório montado após a crise dos anos 1930 e reforçado no pós-guerra.



Esse conjunto de questões determinou, no início dos anos 1970, fim da prosperidade da *Idade do Ouro* e formatou, paulatinamente, as bases do novo padrão de riqueza que vinha se configurando.

Então, essa fase comumente conhecida como *mundialização do capital* (Cf. Chesnais, 1998) se inicia com a tentativa do capital de se libertar das dificuldades para sua valorização, sobretudo das obrigações definidas nas políticas de bem-estar do pós-guerra. O que evidenciando um ganho de força do mecanismo de mercado, Mollo observa que vem

daí o termo neoliberalismo para designar a filosofia econômica que o sustenta, embora isso não queira dizer retirada do Estado, uma vez que a desregulamentação, ou a redução da intervenção econômica estatal, se fez com o beneplácito dos governos, não apenas porque realizaram a liberalização das economias, mas se valeram dela na venda dos seus títulos de dívida que tiveram e têm papel importante no desenvolvimento dos mercados financeiros mundiais. (MOLLO, 2011, p.490)

Essa liberalização cada vez mais ampla dos mercados, sobretudo a partir dos anos 1980, acirrou a concorrência entre os capitais e deu início à desregulamentação dos mercados financeiros de forma geral, o que impulsionou, a busca de lucros rápidos, em grande parte especulativos e, uma enorme gama de inovações financeiras cada vez mais arriscadas. Esse processo é que permitiu o desenvolvimento enorme do capital fictício. (MOLLO, 2011, p.490)

Para Mollo, o que tornou possível tal desenvolvimento durante essas décadas foi o volume enorme de recursos provenientes da junção dos mercados de crédito no mundo, que ocorreu com a liberalização das economias, mais particularmente com a abertura ao movimento de capitais, a desregulamentação generalizada dos sistemas financeiros, e mudanças dos sistemas tributários e as inovações tecnológicas. Essa massa enorme de recursos embora tenha sido aplicada nos vários países, concentrou-se em poucos mercados desenvolvidos e em menor medida em alguns mercados emergentes. (MOLLO, 2011, p.490-491)



Foi esse grande volume de capital em mercados específicos que levou a um descolamento (cf. Tavares 1997) enorme do valor dos ativos financeiros relativamente ao valor do capital real que dava origem às rendas, estas fundamentais para manter a demanda de títulos e, sua conseqüente valorização.

Para obtenção dessa massa de recursos necessária, e também o descolamento, as empresas privadas começaram um processo de reestruturação produtiva e os Estados adotavam políticas de austeridade dos orçamentos públicos, com conseqüências negativas sobre o nível de emprego e do gasto social, Dedecca observa que houve uma incapacidade por parte dos trabalhadores em responder coletivamente com uma alternativa a um processo de ajuste das economias capitalistas que seria inevitavelmente marcado pelo desemprego e pelo recrudescimento da desigualdade, pois

Se, por um lado, o esgotamento do longo ciclo de crescimento criava uma situação de forte estrangimento econômico para as empresas, ele recompunha, por outro, seu poder de barganha na contratação de trabalho. (Dedecca, 2010, p.9).

Em vista da situação de crise do emprego, os Estados passaram a chamar para si a promoção de reformas na regulação do contrato e das relações de trabalho, iniciativa que interessava particularmente às empresas.

Ao mesmo tempo em que se promove a desregulamentação do trabalho, também são abertas por diversas vias as fronteiras financeiras das economias desenvolvidas, restaurando-se uma maior liberdade de movimentação de capitais entre países.

Desse modo, diante do contexto de crescente incerteza quanto ao futuro do mercado de trabalho e do próprio Estado do Bem-estar Social o interesse das famílias em programas de previdência privada e nos fundos de capitalização foram aumentando, ao mesmo tempo isso sinalizou um mercado potencial a ser explorado pelas instituições financeiras.

Assim, é notável que, a partir dos anos 1970, a crise da economia capitalista em nível mundial, ao desembocar no problema do emprego e em dificuldades de financiamento do Estado, acabou por abrir os caminhos para uma reativação do processo de financeirização do sistema, cujo desenvolvimento acabou por se mostrar marcado pelo agravamento da



desigualdade econômica, e não poderia ser diferente, pois aquele processo dependia do desgaste do padrão de regulação que havia garantido a redução dos níveis de desigualdade nas décadas anteriores.

Financeirização econômica e desigualdade social

A partir de meados da década de 1970, as complicações encontradas pelo progresso capitalista, foram enfrentadas com desvalorização progressiva do trabalho, desestruturando as dimensões que haviam caracterizado o regime de regulação do após-guerra.

As alterações na produção, possibilitadas pelas inovações técnicas e organizacionais, foram progressivamente corroendo a densidade do contrato de trabalho por tempo indeterminado, instabilizando o trabalho assalariado. Ao mesmo tempo terceirização e a polivalência, praticas sob a navalha da ameaça recorrente do progresso técnico sobre a condição de emprego, deram às empresas um poder importante de gestão da mobilidade do trabalho segundo seus interesses. Na perspectiva dos trabalhadores, passou a ser fundamental defender a simples situação de emprego, perdendo espaço as demandas relativas às condições de trabalho (DEDECCA, 2010; BRAGA, 1997; KREIN, 2001).

Essa fragmentação do contrato e das relações de trabalho, acompanhada da desvalorização real dos salários, passou a rumar de modo progressivamente defasado em relação à produtividade, que ascendia. Movimento reforçado pela inovação organizacional de descentralização da atividade produtiva, que permitiu às empresas realizarem a produção em países onde o trabalho manual é caracterizado pelos baixos salários.

Com a maior abertura financeira e produtiva das economias, as empresas passaram a cobrar que os Governos regulamentassem um padrão mais flexível de regulação do contrato e das relações de trabalho, ou seja, que desregulassem, de modo que elas tivessem condições mais favoráveis de enfrentar a suposta concorrência desleal das economias marcadas pelos baixos salários, a qual era por elas alimentada com base no processo de descentralização produtiva.



É importante compreender que essa desvalorização da sociedade salarial trouxe as severas implicações nas mudanças do regime de regulação e nas consequências para a evolução da situação de desigualdade social e econômica no capitalismo desenvolvido.

Desse modo, podemos depreender que a desestruturação da sociedade salarial, ao enfraquecer o regime de regulação, possibilitou a redefinição das políticas e dos mecanismos de distribuição do excedente produtivo. Isso trouxe insegurança para os diversos setores da sociedade, que procuraram recompor os seus interesses financeiros. No interior da organização social, a razão financeira foi ganhando espaço, em detrimento da produtiva, processo esse reforçado pela desvalorização do trabalho na sociedade capitalista contemporânea.

Como consequência desse movimento de desvalorização do trabalho houve um recuo dos salários tanto na renda das famílias quanto no produto nacional. De modo progressivo os salários foram perdendo importância no processo de formação da renda, em sentido diametralmente oposto, uma cesta diversificada de produtos financeiros foi ganhando espaço.

É perceptível o contraste entre o modelo que se pretendeu superar a partir da década de 1970 e o novo que se erigiu sobre o signo da financeirização. Enquanto o primeiro, alicerçado na construção da sociedade salarial do após-guerra possibilitou um movimento de mobilidade social que deu densidade e dominância a um padrão de vida próprio dos estratos intermediários, o segundo mostra-se comprometido com o estabelecimento de uma disposição social mais polarizada e desigual.

Considerações: Financeirização e trabalho: uma relação de embate

Com esse estudo se pretendeu mostrar como a tendência de financeirização econômica se nutriu da depreciação do trabalho, pois exigiu queda de sua participação tanto na repartição primária do excedente produtivo quanto na repartição secundária via política pública.



Como bem observou Marx ao analisar o capital fictício, é fundamental compreender a relação entre financeirização e trabalho, saber que a primeira em tempo algum poderia ter sido firmada com intensidade ocorrida se a desvalorização do segundo não tivesse se firmado como parte do processo de reorganização capitalista da década de 1970 até os dias atuais.

Desse modo, percebemos que financeirização e desigualdade são partes um mesmo conjunto, que não permite, como bem observou Dedecca, que correções na rota do desenvolvimento capitalista sejam possíveis “sem que um novo arranjo entre elas”, ou melhor, sem que um novo regime de regulação econômica e social seja estabelecido (2010, p.14).

A história mostra que este processo não pode ser tido como um fato novo do progresso do sistema capitalista¹². Contudo no movimento recente de desvalorização do trabalho, podemos notar que, infelizmente, a regressão na distribuição do excedente foi chancelada pelas instituições do Estado, as mudanças no regime de regulação foram validadas por estas instituições. Todavia, mesmo que pareça preocupante que estas instituições tenham contribuído para a consolidação da desvalorização do trabalho e de financeirização da riqueza, é relevante que, por isso mesmo, percebamos que a renovação dessas instituições é uma via principal para que uma nova fase de desenvolvimento regulado e com combate a desigualdade seja estabelecida.

Em resumo: só com a revalorização do trabalho, com o reestabelecimento da sociedade salarial é possível levar a consecução um projeto de desenvolvimento que realize com menor desigualdade social. O debate sobre isto, no entanto, deve ir além do mero enquadramento à órbita financeiro e a regulação pública que aqui foi proposto.

Referencias:

¹² Lembremos que a crise de 1930 colocou um desafio equivalente para a sociedade da época e, como agora, em condições institucionais desfavoráveis para seu enfrentamento. A tendência de financeirização dos anos 1920 também havia sido acompanhada de um movimento de desequilíbrio progressivo na distribuição do excedente produtivo, garantido em geral pela violência contra os trabalhadores exercida pelas instituições dos Estados.



BRAGA, José Carlos de Souza. Financeirização global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (org). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p. 195-242.

CARCANHOLO, Reinaldo de A. Interpretações sobre o capitalismo atual. In: *Revista Antítese Marxismo e Cultura Socialista*, nº 8, Maio. Goiânia: Ed. Kelps / CEPEC, 2010, p.7-28.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2010.

CHESNAIS, François. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

KREIN, José Dari. *O aprofundamento da flexibilização das relações de trabalho no Brasil nos anos 1990*. São Paulo: Unicamp, 2001. (Dissertação de Mestrado).

MARX, Karl. *O Capital. Livro 1: O processo de produção do capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

MARX, Karl. *O Capital. Livro 3: O processo global de produção capitalista*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1974.

MACIEL, David. *De Sarney a Collor: Reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*. São Paulo: Ed. Alameda / Goiânia: Ed. Funape, 2012.

MATTOSO, Jorge; POCHMANN, Marcio. Mudanças estruturais e o trabalho no Brasil nos anos 1990. *Revista economia e sociedade*: Unicamp, nº10, 1998. pp 213-243.

MOLLO, Maria de Lourdes. Capital Fictício, Autonomia Produção – Circulação e Crises: Precedentes teóricos para o Entendimento da Crise Atual. *Revista Economia*, Set/Dez 2011, p.475-493.

SILVA, Tamara Naiz. Financeirização econômica e mercado de trabalho no Brasil. Goiânia: UFG, 2013. (Dissertação de Mestrado)

TAVARES, Maria da Conceição; MELIN, Luiz Eduardo. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, José Luis (org). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997, p.55-86.

